

UMA REVISÃO SOBRE A COMPETIÇÃO E A REGULAÇÃO NO AMBIENTE INSTITUCIONAL DOS TRANSPORTES

Janssen Villian

Ihering Guedes Alcoforado

Universidade Federal da Bahia

Faculdade de Ciências Econômicas

RESUMO

Este trabalho descreve a pesquisa de Iniciação Científica que se propôs a discutir e a iniciar um debate sobre a competição e a regulação no ambiente institucional dos transportes. Para tanto, o trabalho contou com três partes. Na primeira parte, algumas situações referentes às políticas governamentais foram expostas, nas quais se identificou uma necessidade aguda de reforma no aparato institucional. Na segunda parte, a competição foi apresentada como uma ferramenta dinâmica para o setor de transportes, cuja aplicação foi tida como fundamental para a extinção de deficiências de monopólios e o estímulo à competição. Por fim, na terceira parte, foi feito um breve estudo sobre a regulação e sobre o papel do regulador. Durante todo o trabalho, foram traçadas conexões com recomendações de organismos internacionais tais como a OCDE e o Banco Mundial.

1. OBJETIVO DO TRABALHO

O objetivo desse trabalho foi trazer elementos que viessem a contribuir com a regulação dos transportes, com especial ênfase nos públicos e urbanos, no que tange a elaboração de suas políticas, por meio de abordagens tanto econômicas, destacando-se, sobretudo, o papel da competição, quanto não-econômicas. Estas últimas, a propósito, vêm ganhando espaço no setor, uma vez que tem crescido progressivamente a demanda por reguladores e regulações sensíveis e capazes de tratar das especificidades que compõem e formam a integralidade de uma política.

2. MÉTODOS

O método empregado consistiu-se em analisar documentação bibliográfica existente e estabelecer conexões, reforçar teses, analisar paradigmas e desconstruir alguns deles para, assim, obter um material consistente e que fomentasse o debate acerca do tema. Para a exposição da competição e regulação dos transportes, lançou-se mão de uma abordagem mista, ora comparativa e relativa ao Brasil, ora teórica, conceitual e classificatória. Além disso, ao final, permitiu-se que o leitor se sentisse no papel de formulador de uma política de regulamentação de transportes, ao inserir itens básicos e relevantes a serem por ele levados em conta.

3. RESULTADOS

Com esse trabalho, foi possível elencar alguns elementos relevantes tanto na análise quanto na elaboração de políticas regulatórias. Discutiu-se o papel da regulação como política de comando e controle que, ao posicionar-se *ex-ante*, torna-se um mecanismo de incentivo à inovação. Além disso, tratou-se de abordar a adoção de regimes competitivos, bem desenhados e regulados para manter saudável a competição e evitar tendências oligopolistas. Nos aspectos referentes à regulação, foi possível classificar e trazer características importantes para a sua elaboração, discutindo, dentre outros, o papel do regulador e dos reguladores híbridos, para garantir serviços de bom nível e qualidade a preços razoáveis a curto e longo prazos.

4. CONCLUSÕES

Uma modernização no aparato regulatório e institucional dos transportes brasileiros mostra-se cada vez mais necessária. Tal processo é condição essencial para o desenvolvimento urbano brasileiro, principalmente nos grandes centros, onde cada vez mais a qualidade de vida da população, a sustentabilidade ambiental e a eficiência da economia das cidades encontram-se comprometidas pelos problemas de mobilidade de pessoas e bens. Torna-se, portanto, imperiosa a incorporação de questões sociais, ambientais e energéticas nos estudos futuros sobre a regulação dos transportes, de modo que estas possam servir de base para a elaboração de regulamentações mais condizentes com a realidade e eficazes no que tange o controle e o estímulo a soluções inovadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alcoforado, I. G. (2003) A Trajetória dos Fundamentos Econômicos das Políticas Ambientais: Do Comando e Controle à Abordagem Neo Institucionalista. In: MENEZES, W. F. *Economia global: leituras sobre questões regionais e ambientais*. UFBA/FCE, Salvador.
- Aragão J. J. G.; E. M. Santos; A. Brasileiro; O. C. Lima Neto; R D. Orrico Filho (2000) Construindo Modelos de Relações Institucionais e Reguladoras no Transporte Público Urbano: Algumas Considerações Metodológicas. In: Santos E. M, J. Aragão: *Transporte em Tempos de Reforma: Ensaio sobre a Problemática*. LGE, Brasília.
- BANCO MUNDIAL (2002) *Cities on the move: a World Bank urban transport strategy review*. Washington.
- Bresser Pereira, L. C. (1996) *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil*. Ed. 34, São Paulo.
- Gomide, A. de A. (2005) *A Regulação dos Transportes Urbanos: Tendências e Desafios para o Futuro*. Ministério das Cidades. Brasília.
- IPEA (2005) *Marcos Regulatórios no Brasil: O que foi feito e o que falta fazer*. Rio de Janeiro.
- Léveque, F. (1998) *Économie de la Réglementation*. E'ditions de la De'couverte, Paris.
- Martins, F. G. D.; C. H. Rocha e A. P. B. G. Barros (2004) Concentração na Indústria de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros. *Anais do XVIII Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes*, ANPET, Florianópolis, v. 1, p. 1373-1384.
- OCDE (2011) *Better Economic Regulation: The Role of the Regulator*. International Transport Forum. Paris.
- Orrico Filho, R. e E. Santos (1996) Transporte Coletivo Urbano por ônibus: regulamentação e competição. In: Orrico Filho, R. et al (1996). *Ônibus Urbano: regulamentação e mercados*. LGE, Brasília.
- Porter, M. (1986) *Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência* (7ª ed). Campus, Rio de Janeiro.
- Porter, M. E. e C. van der Linde (1995) Green and Competitive. *Harvard Business Review*, Boston.
- _____. (1995) Toward a New Conception of the Environment-Competitiveness Relationship. *Journal of Economics Perspectives*, v.9, n. 4. p. 97-118.
- UNESCAP (2001) *The Economic Regulation of Transport Infrastructure Facilities and Services - Principles and Issues*. New York.